



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

GÊNERO E SEXUALIDADE: A ESCOLA E AS DIMENSÕES DA CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS

Fabiana Castelo Branco de Santana*
(UEFS)

RESUMO

O presente trabalho, elaborado a partir de pesquisa bibliográfica, tem o objetivo de discutir sexualidade e gênero como elementos da constituição do sujeito, considerando a escola como um espaço capaz de constituir diferenças e identidades de gênero e sexuais, norteadas por ações dos indivíduos através de padrões. Acreditando existir modos legítimos de masculinidade e feminilidade e uma forma heterossexual de exercício da sexualidade, a escola mantém e regula as práticas sociais dos indivíduos. O trabalho aponta para a necessidade de uma volta para o entendimento sobre as relações cotidianas que se desenvolvem no ambiente escolar, contribuindo para a compreensão e interpretação de padrões socioculturais referentes a masculinidades, feminilidades e às distintas manifestações das sexualidades e relações de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade; Gênero; Escola.

INTRODUÇÃO

Atualmente vivenciamos uma época caracterizada pela afirmação das “diferenças”. As sociedades atuais revelam uma diversidade de situações, diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem formas variadas de invenções e

*Pedagoga, especialista em Gestão, Coordenação e Orientação Escolar e em Educação e Pluralidade Sócio-Cultural. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: fabipedagoga@gmail.com.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

posições do sujeito, conseqüentemente de construção de identidades. Tal situação possibilita perceber a variedade de modos como os indivíduos e suas práticas sexuais são descritos e compreendidos.

Identidade social é aqui entendida e operacionalizada na acepção de um conjunto de marcas sociais que posicionam um sujeito em um determinado mundo social.(...), (ela) constitui-se na atualização de princípios de classificação social ordenados por valores que fabricam e situam os sujeitos.(HEILBORN, 1996, p.137)

A cultura ocidental de referência judaico-cristã marcou fortemente aquilo que seria "normal", e justificado pela idéia de pecado, o sujeito passou a ser julgado, valorizado, aceito ou rejeitado a partir da sua prática sexual e/ou. O que se distancia dele é considerado anormal - é expulso, negado e reduzido ao silêncio (FOUCAULT, 1988).

Na segunda metade do século XX, verifica-se a emergência de sujeitos e grupos sociais que reivindicam através de movimentos sociais sua visibilidade, deflagrando seu posicionamento político de afirmação das identidades e respeito à diversidade, constituindo-se como um desafio nas abordagens das ciências sociais ao analisar a nova complexidade social. Ainda assim, a sociedade apresenta atitudes discriminatórias que não escapam aos rótulos próprios de minorias, que como tal são olhadas com desconfiança e preconceito presentes em uma mentalidade heterossexual, grupo e direciona o padrão de comportamento a seguir.

A sexualidade e o gênero são tratados pela vigência da reprodução de estereótipos sexuais repressivos, repleto de preconceitos e tabus, onde se acredita haver uma sexualidade normal cujo desvio significa perversão, depravação, expressões "contra-natureza" (LOURO, 1997).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

O objetivo deste trabalho, construído a partir de pesquisa bibliográfica, é discutir sexualidade e gênero como elementos da constituição do sujeito, considerando a escola como um espaço capaz de constituir diferenças e identidades de gênero e sexuais. O artigo interessa a todos os profissionais da área de educação.

Referencial Teórico

No final do século XIX, o feminismo, mais especificamente no seu desdobramento denominado “segunda onda”, iniciado após a Segunda Guerra Mundial, se expandiu para além do seu caráter reivindicatório, não só exigindo igualdade de direitos políticos e sociais, mas voltando-se para construções propriamente teóricas, problematizando o conceito de gênero, “buscando compreender e explicar a subordinação social e a invisibilidade política a que mulheres tenham sido historicamente submetidas” (LOURO, NECKEL e GOELLNER, 2003, p. 12). Os movimentos sociais tornaram visíveis as reivindicações, mas vale lembrar que estas já eram publicizadas há centenas de anos por camponesas que desempenhavam funções fora do lar, durante o processo de industrialização e denunciavam suas necessidades cotidianas, especialmente aquelas relacionadas ao trabalho nas fábricas.

Tal constatação remonta para uma análise a respeito de como somos formados e produzidos em relação ao gênero. O feminismo, que se iniciou como um movimento dirigido à contestação da posição social de subordinação feminina, tentativa de politizar a subjetividade, incluindo a formação das identidades sexuais e de gênero, se configurou como um movimento plural, permeado por confrontos e resistências frente a explicações das desigualdades ligadas ao determinismo biológico, à condição feminina na sociedade, entre outras bandeiras de reivindicação.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

O debate sobre a categoria gênero revela que tal construção conceitual surge entre as estudiosas feministas para ir de encontro à idéia de essência, recusando explicações irrecorríveis, pautadas nas distinções de características biológicas que pudessem explicar natural, universal e imutavelmente comportamentos de homens e mulheres centrados em papéis ou atitudes inscritos pela cultura no corpo sexuado. “Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma “linguagem científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual serve para compreender e justificar a desigualdade social” (LOURO, 1997, p. 21).

O contexto de efervescência social e política traz para o mundo acadêmico as discussões travadas no interior dos movimentos feministas, em busca da reconstrução das visões relativas ao gênero. Assim, além de uma ferramenta teórica potencialmente útil para os estudos das ciências sociais, o gênero despontava como uma importante categoria analítica para a história. Essa produção de saber foi contaminada pelo caráter político do movimento e demonstrou marcas significativas e ousadas no mundo acadêmico. Segundo Louro (1997), o fazer acadêmico que tinha consagrado a neutralidade e a objetividade era transgredido/problematizado a partir de iniciativas feministas com escritas em primeira pessoa, utilização de memórias e histórias de vida, fontes iconográficas, registros pessoais, cartas etc.

Apesar de focalizar sua produção no estudo das mulheres, atualmente as pesquisas têm se voltado para o caráter relacional do gênero entendendo que mulheres e homens, meninas e meninos são formados uns com os outros e também no entrecruzamento de outras categorias

[...] que não são propriamente características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas é que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade, em um dado momento histórico. (LOURO, 1997, p.21)



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Desde os estudos das feministas anglo-saxões, o conceito de gênero passa a ser usado diferenciando-se do conceito de sexo. Não se trata de negar a biologia, mas levar em conta a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. Tais estudos argumentam que

[...] são os modos pelos quais características femininas e masculinas são representadas como mais ou menos valorizadas, as formas pelas quais se re-conhece e se distingue feminino de masculino, aquilo que se torna possível pensar e dizer sobre mulheres e homens que vai constituir, efetivamente, o que passa a ser definido e vivido como masculinidade e feminilidade em uma dada cultura, em um determinado momento histórico. (LOURO, NECKEL e GOELLNER, 2003 p 14).

Ainda assim, o conceito de gênero tem sido usado de forma equivocada, apresentando enfoques neutralizantes e fixos, colocando gênero como sinônimo de papéis sexuais, estereótipos ou identidades sexuais. O texto trazido no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) afirma que aos 5/6 anos, o gênero ocupa papel central na construção da identidade, ocorrendo assim uma separação espontânea entre meninos e meninas. Em análise do documento citado, Guimarães (2004, p.40) revela a concepção trazida pelos PCN'S de que "o papel sexual é pré-requisito para o papel de gênero. A criança aprende a usar distinções sexuais biológicas como base dicotomizante para o sistema de gênero, biologicamente neutro". Esta concepção que, segundo o autor, está implícita no documento, desconsidera as construções históricas, sociais e culturais que reproduzem esta separação, neutralizando e reforçando diferenciações entre comportamentos de meninos e meninas.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

O conceito de gênero exige uma forma plural e relacional de pensar sobre os indivíduos. Não se deve referir à construção de papéis masculinos e femininos, estes significam padrões, regras arbitrárias que regem comportamentos estabelecidos por uma sociedade (LOURO, 1997).

Assim, o gênero, segundo Louro (1997), não determina o sujeito, mas é constituinte de sua identidade. No processo de construção das identidades, os sujeitos são formados por identidades plurais, que não são fixas, podendo até mesmo ser contraditórias. A identidade nasce no entrecruzamento de outras categorias como classe social, religião, etnia, nacionalidade, geração, gênero, sexual etc.

A identidade dos sujeitos transcende o mero desempenho de papéis, constrói o seu sentido de pertença por referências a múltiplas dimensões sociais. As identidades são assim concebidas como relações sociais plurais e múltiplas, fragmentadas e contraditórias, instáveis e em transformação, implicando negociações que permitem distinções e/ou articulações.

É importante perceber as diferenças entre os conceitos de identidade de gênero e identidade sexual. Antes disso, vale considerar a sexualidade e o gênero como dimensões constituintes da identidade de cada sujeito, influenciadas e construídas a partir dos valores sociais e códigos culturais que organizam a vida coletiva do sujeito em um determinado momento histórico.

[...] Identidade social é assim a moldura possível onde os sujeitos podem existir e se expressar; um formato que não lhes é propriamente oferecido, porque para tal supor-se-ia que seres sociais pudessem existir previamente à inserção na vida coletiva (...) constitui-se na atualização de princípios de classificação social ordenados por valores que fabricam e situam os sujeitos (HEILBORN, 1996, p. 146).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Segundo Louro (1997), não se pode perder de vista que as identidades são construídas, não é um processo que se pode fixar início e fim, elas estão sendo se constituindo, são instáveis e passíveis de transformação. Embora profundamente relacionadas, as identidades sexuais e de gênero não são a mesma coisa, isso torna difícil pensá-las separadamente, bem como distingui-las.

“As identidades sexuais se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros (as) do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros (as)”. (LOURO, 1997 p. 26)

Os sujeitos também se identificam como masculinos e femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas posições, sua forma de ser e estar no mundo. Identificando-se e expressando sua feminilidade ou masculinidade, estão a construir sua identidade de gênero. (LOURO, 1997)

Se o conceito de gênero, fruto de movimentos sociais, desafia algumas estruturas milenares sob as quais as sociedades foram historicamente construídas, cabe indagar: como esse processo de produção das relações de gênero está ligado à construção das sexualidades? (Vianna e Silva, 2008).

Para entender tal relação é preciso observar que a construção das sexualidades aproxima-se das mesmas determinações contidas nas relações de gênero. Essa abrangência ganhou sentido quando os movimentos feministas do século XIX e XX questionaram o determinismo biológico que usava a idéia de sexo atrelado exclusivamente à reprodução. O debate internacional provocado pela proliferação da Aids também contribui neste sentido.

De um lado, os defensores ao dimorfismo anatômico-fisiológico insistem na classificação generalizada das funções sociais com base no caráter dual da espécie humana, representada pelo macho e fêmea e, do outro lado, críticos chamam atenção para que tanto o sexo quanto a sexualidade e o gênero sejam vistos e compreendidos



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

como construções e relações sociais, pois variam de uma sociedade para outra. Segundo Heilborn (1999, p. 40), “a cultura é responsável pelas transformações dos corpos em entidades sexuadas e socializadas, por intermédio de redes de significados que abarcam categorizações de gênero, de escolha de parceiro”.

Os diferentes arranjos identitários vêm demonstrando que o esquema polar linear não dá conta da complexidade social, embora declare as relações de poder inerentes a esta dualização androcêntrica, onde o homem continua sendo referência de dominação. “Novas identidades culturais obrigam a reconhecer que a cultura, longe de ser homogênea e monolítica é, de fato, complexa, múltipla, desarmoniosa, descontínua.” (LOURO, NECKEL e GOELLNER, 2003 p. 42)

Entretanto, segundo Louro (1997), Foucault não admite que haja a posse de poder estável em um extremo em detrimento do outro, assim o exercício de poder ocorre entre sujeitos capazes de resistir. Só há poder com liberdade e potencial de revolta, caso contrário, tal relação se constitui em violência. É nessas relações de poder que os gêneros se produzem e se reproduzem.

Essa concepção polarizada dos gêneros esconde a pluralidade de identidades existente em cada um dos pólos. Os que se afastam da normatização são encarados como diferentes e, por isso, discriminados, marginalizados.

Desconstruir a polaridade dos gêneros como identidades rígidas e metafísicas contida numa lógica simplista que supõe a relação do masculino-feminino, assentada na oposição entre um pólo dominante (masculino) e outro dominado (feminino), significa romper e avaliar o enraizado caráter sexual da sociedade.

Ao fazê-lo (desconstrução), perturba-se a idéia de relação única e permanente assentada na oposição entre ambos os gêneros, introduzindo as redes complexas que, no seu exercício, suas estratégias, nos seus efeitos, nas resistências que desencadeia, não só são constitutivas das hierarquias sociais entre gêneros como



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

podem fraturá-las e dividi-las internamente, compreendendo as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades no cotidiano.

Feminilidades e masculinidades devem ser entendidas não como posições bipolares, mas como dimensões independentes, relativamente separadas e profundamente relacionais.

É necessário admitir também que cada uma dessas articulações (entre feminilidades e masculinidades) produz modificações importantes na forma pelas quais as feminilidades ou as masculinidades são ou podem ser, vividas e experienciadas por grupos diversos dentro dos mesmos grupos, ou ainda, pelos mesmos indivíduos, em diferentes momentos de sua vida (LOURO, NECKEL e GOELLNER, 2003 p. 17).

Entretanto, afastando-se de abordagens nas quais a colagem de um gênero a um sexo anatômico resulta em diferenças inatas e essenciais, aproximam-se abordagens que consideram que as próprias instituições sociais, símbolos, normas, conhecimentos, leis, políticas produzem/ressignificam essas representações. Revela-se assim, uma relação intrínseca entre gênero e educação, incluindo família, escola, meios de comunicação, música, literatura, entre outros, um complexo de forças e processos que ensinam os indivíduos a se reconhecerem como homens e mulheres, segundo suas representações.

Entre essas forças capazes de constituir diferenças e identidades de gênero e sexuais está a escola que, através de seus currículos e práticas, norteiam ações dos indivíduos por um padrão, acreditando existir modos legítimos de masculinidade e feminilidade e uma forma heterossexual de exercício da sexualidade.

Naturalizando e assumindo essa identidade como referência, a escola reforça um caráter universal e permanente deste lugar, relegando ao diferente, por exemplo, dias especiais no currículo escolar, como se ao trazer para o foco das atenções um



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

caráter excepcional, não afirmasse o caráter de diferente, excêntrico. Logo, enfatiza-se o lugar marginal que ocupa.

Embora a escola não exista de forma desvinculada do contexto social mais amplo, ela pode se constituir em um bom problematizador de práticas consagradas, buscando saber como se produzem os discursos que instituem o diferente, possibilidades e restrições que a sociedade lhe atribui, bem como formas de resistência e emancipação.

Sujeitos irreverentes que se destacam por ameaçarem a norma são vistos pela escola como problema, quando em tempos de diversidade, como declara o paradigma pós-estruturalista, a multiplicidade de práticas e sujeitos, a verdade plural, local, particular e provisória, supõe o abandono dos discursos que determine indivíduos à lugares como os centro ou as margens (LOURO, 1997).

Ao contrário da premissa pós-estruturalista, observa-se que a escola continua a produzir e legitimar comportamentos de meninos e meninas como se todos estes estivessem inscritos numa ordem natural das coisas. Sob distintas formas, a escola imprime suas marcas nos sujeitos. O currículo, os procedimentos, os materiais didáticos, a avaliação, entre outros, integram o processo de fabricação de mentes e corpos.

Segundo Louro (1997), seguramente a linguagem é o campo mais eficaz e persistente nesse processo. Além de expressar relações de poder, ela a institui, não apenas veicula, mas produz e fixa as diferenças.

Tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece ser perceber o não-dito, aquilo que é silenciado – os sujeitos que não são, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados. (LOURO, 1997, p.67)



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

À medida que o sujeito exerce práticas consideradas inapropriadas ao seu gênero, espera-se a descrição, o silêncio, a vergonha por tais comportamentos considerados patológicos, ou seja, formas não-naturais e ilegais de sexualidade que lhe acometem. Assim, a escola reproduz e reflete as concepções sociais de gênero e sexualidade e evita refletir e assumir os que fogem a esta regra.

Nesse espaço, além de perceber silenciamentos, é possível visualizar formas de resistência. As manifestações da homossexualidade nas escolas podem ser analisadas como além da expressão do “eu”, também uma forma de resistência à tentativa de normatização dos indivíduos. “Os sujeitos não são passivos receptores de imposições externas. Ativamente, eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens (...). (LOURO, 1997, p.61)

Nessa perspectiva, a escola se apresenta como uma instituição que objetiva regular as práticas sociais, resguardando e mantendo a aplicação de uma norma que se apresenta através do controle disciplinar que “inscreve as possíveis ações (...) a partir de uma normatividade que distingue o permitido e o proibido, o correto e o incorreto, o são e o insano” (KOHAN, 2003, p. 73).

O processo de subjetivação assume grandes proporções e o faz por meio do poder disciplinar. Tal poder nos torna capazes de autoregular-nos, autogovernar-nos e ajustar-nos às regras de conduta criadas pelas estruturas sociais em que estamos imersos. Para atuar lança mão de dispositivos simples: a vigilância hierárquica, microssanções e o exame (PEREIRA, 2005, p.99).

A vigilância, segundo esta autora, contribui no processo de auto-regulação na medida em que tornam conhecidas, expostas e possíveis de serem avaliadas os modos de agir dos sujeitos. As microssanções, “tentativas de se corrigir desvios” (BARROS, 2005, p. 105), tem o papel de reprimir comportamentos indesejados e valorizar os esperados. Já o exame, combina a vigilância e a sanção normalizadora.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Utilizando-se também de formas simbólicas de violência, a escola, sutilmente, interfere na construção de subjetividades, penetrando nos sujeitos envolvidos por dispositivos e práticas que, segundo Louro (1997), constituem suas identidades “escolarizadas”.

Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicados na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar. O olhar precisa esquadrihar as paredes, percorrer os corredores e salas, deter-se nas pessoas, nos seus gestos, suas roupas; é preciso perceber os sons, as falas, as sinetas e os silêncios; é necessário sentir cheiros especiais; as cadências e os ritmos marcando os movimentos de adultos e crianças. (LOURO, 1997, p.59)

O contato com esse campo de reflexão é fundamental para o entendimento sobre as relações cotidianas que se desenvolvem no ambiente escolar, contribuindo para a compreensão e interpretação de padrões socioculturais referentes a masculinidades, feminilidades e às distintas manifestações das sexualidades e relações de gênero.

CONCLUSÕES

No caminho de construção de uma sociedade na qual as diferenças constituem um valor, faz-se necessário desconstruir todas estas formas de opressão e regulação, lutando contra a homogeneização proposta pelos modelos dominantes que suprimem das minorias o direito de afirmar, expressar e manifestar identidades fora do que se deriva da norma heterossexual. A construção de uma sociedade mais justa para o convívio e o respeito pelas diferenças perpassa pela superação de estruturas cristalizadas em desigualdades.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

A escola é um espaço fundamental de construção de novas práticas e atitudes, é um instrumento privilegiado para trabalhar conceitos como respeito, valores éticos de respeito ao outro. Se é papel da educação, fomentar a construção de uma ética fundada no respeito aos direitos humanos, condição básica para a vida em sociedade, educadores e educadoras devem estar atentos a reprodução de estereótipos de gênero e sexuais e intervir em toda e qualquer situação de preconceito, reforçando a dignidade humana, a defesa da cidadania.

REFERÊNCIAS

- BARROS. Manoel de. Matizes de gênero e a prática docente: tentativas de sanar desvios. In: PEREIRA. M. **Nas malhas da diferença: nuanças de gênero na educação de crianças**. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.
- FRY, Peter. MCRAE. Edward. **O que é homossexualidade?** 1ª edição. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade 1- A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GUIMARÃES, Carmem D. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004 (Coleção sexualidade, gênero e sociedade).
- HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou Estar Homossexual: dilemas de construção da identidade social In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina. **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996, p. 136-145.
- _____. Maria Luiza (Org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- KOHAN, W. O. **Infância**. Entre Educação e Filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LOURO, Guacira L. NECKEL, Jane F. GOELLNER, Silvana V.(orgs). **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

PEREIRA. M. **Nas malhas da diferença:** nuances de gênero na educação de crianças. Uberlândia: EDUFU, 2005.

VIANA. Cláudia. SILVA, Cláudio R. da. Contribuições para análise da educação escolar. In: **Revista Educação** - Gênero e Sexualidade Rio de Janeiro: Segmento, 2008. (Grandes Temas).